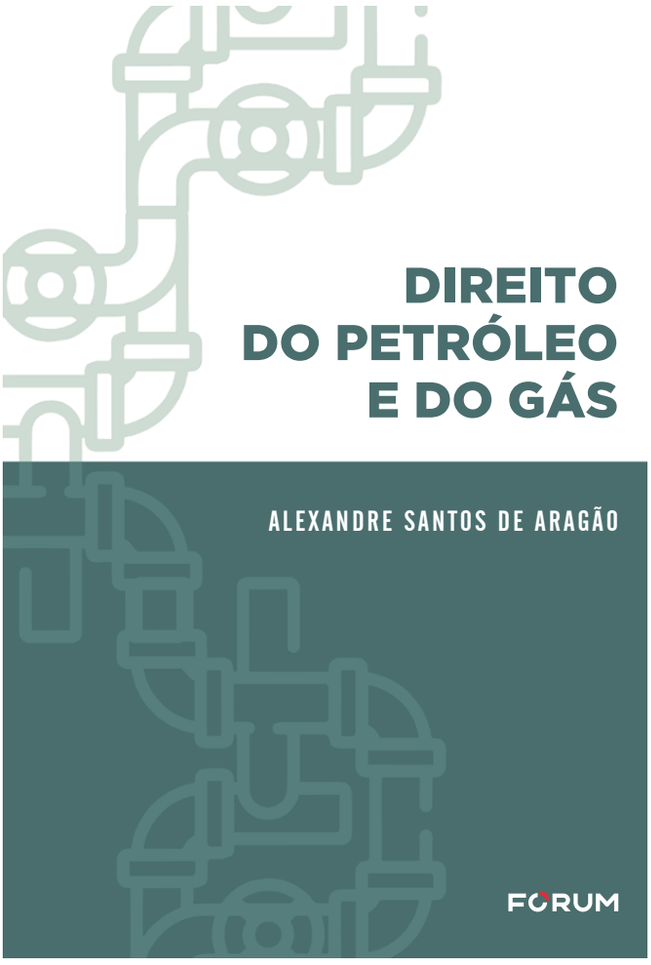

ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO

DIREITO DO PETRÓLEO E DO GÁS

Área específica
DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins
DIREITO DO PETRÓLEO, DIREITO ECONÔMICO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO REGULATÓRIO, REGULAÇÃO ECONÔMICA.

Público-alvo/consumidores
PROFISSIONAIS E ESTUDANTES DE DIREITO, ECONOMIA E ENGENHARIA.

FORMATO: 17 × 24 cm
CÓDIGO: 10002946

Entre os setores nos quais, ao longo dos anos, viemos atuando acadêmica e profissionalmente na seara do direito público econômico, o do petróleo e do gás sempre foi um dos que mais recebeu a nossa atenção.

Esse fator, somado ao aumento da sua importância prática e econômica, decorrente da retomada do ritmo de sucessivas licitações de contratos de E&P e da escassez de bibliografia específica, nos incentivou a colacionar, em uma única obra, uma amostra de alguns dos trabalhos que, desde que começamos a atuar no setor, produzimos.

Dividimos o trabalho entre artigos científicos, pareceres e prefácios feitos para outros autores, a cada um deles competindo uma Parte do livro. Naturalmente que, sendo trabalhos elaborados ao longo de mais de uma década e em assuntos dentro do mesmo setor, há necessária relação e pontos em comum entre eles.

Os artigos são, em parte, inéditos, em parte, adaptação de outros trabalhos, e também, alguns deles, já anteriormente publicados em revistas científicas, podendo ter sido apenas objeto de pequenas atualizações e revisões.

Já os pareceres, sempre mais contextualizados por sua natureza própria, foram deixados em sua versão original, tendo apenas sofrido algumas adaptações e supressões de dados despiciendos para terceiros. Ao final de cada um deles foi mantida a data em que foram emitidos.

A organização interna de cada Parte buscou ir dos temas mais para os menos gerais e, dentro da cadeia econômica dos hidrocarbonetos, das atividades a montante para as a jusante. Ou seja, procuramos, até onde possível, combinar o critério dedutivo com o critério da divisão intersetorial entre *upstream, midstream* e *downsteam*.

Esperamos que este livro possa ser uma visada do filme do Direito do Petróleo e do Gás Natural em nosso País, esperando que siga em permanente movimento e evolução.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

AR659d Direito do Petróleo e do Gás / Alexandre Santos de Aragão.– Belo Horizonte : Fórum, 2021.

816p.; 17x24cm

ISBN: 978-85-450-0751-7

1. Direito Público. 2. Direito do Petróleo. 3. Direito Econômico. I. Título.

CDD 341.3
CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ARAGÃO, Alexandre Santos de. *Direito do Petróleo e do Gás*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 816p. ISBN 978-85-450-0751-7.

Alexandre Santos de Aragão

Professor Titular de Direito Administrativo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Árbitro. Advogado.

NOTA DO AUTOR 17

OBRAS DO AUTOR 19

PARTE I
ARTIGOS

PRINCÍPIOS DE DIREITO REGULATÓRIO DO PETRÓLEO 31

ALGUNS ASPECTOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DO PETRÓLEO 39

AS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES PETROLÍFERAS 43
1 Panorama do Ordenamento Jurídico brasileiro 43
2 As concessões petrolíferas 48
3 As autorizações no setor petroleiro 54
4 As relações de sujeição especial no direito do petróleo 57
5 Conclusões 58

MONOPÓLIOS PÚBLICOS E OS MODELOS DE CONTRATOS DE E&P NO DIREITO BRASILEIRO 61
1 Conceito e disciplina constitucional 61
2 Monopólios em espécie 64
2.1 Atividades minerárias 65
2.2 Atividades nucleares 66
2.3 Atividades petrolíferas 67
2.3.1 As concessões de E&P 70
2.3.2 O regime jurídico do pré-sal 72
2.3.2.1 Contratos de partilha 74
2.3.2.2 Cessão onerosa 75
2.3.2.3 Conclusão 77

OBJETO E NATUREZA JURÍDICA DAS CONCESSÕES PETROLÍFERAS 79
1 O objeto da concessão petrolífera 79
2 A natureza jurídica da concessão petrolífera 83

O PODER DE A ANP ELABORAR E CELEBRAR CONTRATOS DE CONCESSÃO COMO FATOS JUS-GENÉTICOS 87

A CESSÃO DA CONCESSÃO DE E&P E A QUESTÃO DAS EVENTUAIS RESPONSABILIDADES REMANESCENTES 93

O PODER NORMATIVO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO (ANP) 101

AS BOAS PRÁTICAS DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO COMO O EIXO DA REGULAÇÃO DO SETOR 113
1 O princípio da legalidade e a regulação da indústria do petróleo 113
2 A função das boas práticas da indústria do petróleo 120

O *JOINT OPERATING AGREEMENT* (JOA) NO DIREITO DO PETRÓLEO BRASILEIRO E NA *LEX MERCATORIA* 125
1 Introdução 125
2 O *Joint Operating Agreement* (JOA): consórcio da indústria do petróleo 127
3 O JOA como imposição da *Lex Mercatoria* 138

UNITIZAÇÃO E ACORDO DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E REGIME À LUZ DA LEI Nº 12.351/2010 145
1 Introdução 145
2 Contornos da unitização e diferenças com a anexação 146
3 Unitização na Lei nº 12.351/2010 152
4 Conclusão 156

CONTEÚDO LOCAL NOS CONTRATOS DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL 159
1 Introdução 159
2 A obrigação de Conteúdo Local nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás e a sua natureza jurídica 160
3 Eficácia e exigibilidade da cláusula de conteúdo local 163
4 A existência de fornecedores locais como pressuposto fático da incidência do conteúdo local: *conditio juris* e impossibilidade temporária 166
5 Inaplicabilidade de sanções 170
6 Inaplicabilidade de anuência prévia da ANP 171
7 Boas práticas e alocação de riscos na indústria do petróleo 172
8 Interpretação *contra proferentem* 176
9 A posição da empresa de E&P e o fomento à indústria nacional como uma obrigação do Estado 178
10 Fato da Administração 181
11 Conclusão 183

POSSIBILIDADE DE AFETAÇÃO DOS RECEBÍVEIS DE *ROYALTIES* AOS FUNDOS GARANTIDORES DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS 187
1 Introdução 187
2 As parcerias público-privadas como delegação de serviços públicos 189
3 Natureza jurídica do fundo garantidor de PPPs e do seu patrimônio de afetação 194
4 A resolução nº 43/2001 do Senado Federal e a natureza jurídica das obrigações assumidas pelo ente público 195
5 Os *royalties* do petróleo e a possibilidade da sua vinculação 201
5.1 Natureza jurídica não tributária dos *royalties* do petróleo 202
5.2 A vinculação de *royalties* a fundo garantidor de PPP não consubstancia cessão de direitos 203
5.3 A vinculação dos *royalties* ao fundo garantidor não constitui antecipação de receitas 204
6 Interpretação que melhor atende aos objetivos dos *royalties* do petróleo 206
7 Conclusão 209

A CLÁUSULA DE *FORFEITURE* (CESSÃO OBRIGATÓRIA) NOS JOAs E AS COMPETÊNCIAS DA ANP 211
1 Introdução 211
2 Autoexecutoriedade da cláusula de *forfeiture* 212
3 A cláusula de *forfeiture* nas boas práticas internacionais da indústria do petróleo 215
3.1 Histórico de sua previsão nas minutas AIPN 218
3.2 Lógica contratual e econômica essencial às atividades de E&P 220
4 Princípio da continuidade das atividades públicas 226
5 Alguns casos análogos no Direito brasileiro 228
6 Âmbito de apreciação da ANP 232
6.1 Caráter inteiramente voluntário e sem hipossuficiência da relação entre as consorciadas 235
6.2 Interpretação consequencialista para que a ANP não se imiscua em conflitos privados 237
7 Conclusão 239

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A REGULAÇÃO PARA CONCORRÊNCIA NO SETOR DE GÁS NATURAL 241
1 Introdução 241
2 O Transporte de Gás Natural na Ordem Econômica Constitucional 242
3 A Regulação do Acesso às Instalações de Transporte de Gás Natural 243
3.1 A Teoria das Instalações Essenciais 245
4 Os Instrumentos Regulatórios Previstos na Regulamentação Vigente 249
4.1 Desverticalização dos Agentes do Mercado 249
4.2 Controle das Tarifas 251
4.3 Regulação da contratação de capacidade de transporte firme 253

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AUTORIZAÇÕES NO SETOR DE GÁS NATURAL À LUZ DA LEI Nº 11.909/2009 255
1 Introdução 255
2 A evolução do conceito de autorização administrativa 257
3 A questão das autorizações vinculadas 259
4 As autorizações na Lei nº 11.909/2009 263

O REGIME JURÍDICO DO CONSUMIDOR LIVRE DE GÁS NATURAL E ENERGIA ELÉTRICA 267
1 Introdução 267
2 Uma questão econômica inicial: delimitação do monopólio natural e garantia de acesso à rede 269
3 Uma questão jurídica: serviços públicos, monopólios estatais e atividades econômicas regulamentadas 272
4 A doutrina das instalações essenciais 274
5 A atual regulação do consumidor livre de energia elétrica e de gás natural 277
5.1 O consumidor livre no setor de energia elétrica 277
5.1.1 A mudança de marco regulatório estabelecida pela Lei nº 10.848/04: o surgimento do Ambiente de Contratação Livre (ACL) 279
5.1.2 Dever de livre acesso às redes: sua relevância para o estabelecimento do mercado livre 280
5.1.3 Considerações acerca do ACL no contexto da renovação das concessões do setor elétrico 281
5.2 O consumidor livre no mercado de gás natural 282
5.2.1 Breve contextualização da regulação do gás natural 283
5.2.2 O consumidor livre de gás 285
5.2.3 Características regulatórias que favorecem a presença de consumidores livres 286
6 Desverticalização 287
7 Livre acesso à rede 287
8 Condições não discriminatórias de acesso 288
9 Clareza na política regulatória e estabilidade das instituições 289
10 Considerações finais 290

A LEGITIMIDADE DE MEDIDAS REPARADORAS DE CONDUTA CRIADAS PELA ANP 291
1 Introdução 291
2 A verdadeira natureza jurídica da medida reparadora de conduta 293
2.1 A natureza de causa de extinção da punibilidade 294
2.2 Da natureza de ato regulatório consensual 295
3 A adequação da medida reparadora de conduta ao princípio da legalidade 300
4 Conclusão 310

PARTE II
PARECERES

A ARBITRABILIDADE OBJETIVA DOS CONTRATOS DE E&P, EM ESPECIAL NOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO (*PSC*) 313
I A consulta 314
II Os modelos de exploração e produção indireta do petróleo e gás no Brasil 316
II.1 A natureza jurídica do contrato de partilha de produção 319
III A arbitrabilidade dos contratos celebrados pela administração pública, sobretudo os de direito privado 322
III.1 A interpretação da expressão "direitos patrimoniais disponíveis" no direito administrativo 325
III.2 A função densificadora dos contratos 331
IV Matérias arbitráveis nos contratos de partilha 335
IV.1 A arbitrabilidade dos poderes contratuais unilaterais e das sanções contratuais aplicadas pela contraparte pública 338
IV.2 A arbitrabilidade dos efeitos patrimoniais de direitos extrapatrimoniais ou indisponíveis 345
IV.3 O papel da união, da ANP e da PPSA na fiscalização dos contratos de partilha de produção e a natureza jurídica de suas sanções 346
V Conclusões 349
VI Resposta aos quesitos 351

A PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DOS PROGRAMAS EXPLORATÓRIOS MÍNIMOS (PEMs) 355
I A consulta 356
II O princípio do aproveitamento dos investimentos realizados e as boas práticas da indústria do petróleo 357
III O caráter finalístico da Lei do Petróleo e a previsão legislativa da prorrogação dos contratos de concessão 358
IV Direito subjetivo à prorrogação 362
IV.1 A cláusula específica dos contratos 362
IV.2 Eventos de força maior 364
IV.3 Proteção jurídica da legítima expectativa e a Teoria dos Atos Próprios 365
IV.4 Violações às três funções do princípio da boa-fé objetiva 368
IV.4.1 Função interpretativa: *O princípio da conservação do contrato* 370
IV.4.2 Função limitadora do abuso de direito: *O aproveitamento do adimplemento substancial* 371
IV.4.3 Função impositiva de deveres contratuais ativos: *Ausência de cooperação e falha no dever de informar por parte da ANP* 372
V Falta de prévio devido processo legal e de fundamentação da rescisão 375
VI Desproporcionalidade *in casu* da solução que leve ao fim do contrato 378
VII Impossibilidade *in casu* de se argumentar que não se pode prorrogar prazo já findo 379
VIII Resposta aos quesitos 382

A MUDANÇA NO POLO CONTRATADO DE CONCESSÃO PETROLÍFERA E A SUA APROVAÇÃO PELA ANP 385
I A consulta 385
II Embasamento legal para a celebração de contratos de concessão de exploração e produção de petróleo 387
II.1 Natureza regrada do contrato de concessão e a necessidade de prévia aprovação da ANP para a transferência da concessão 391
III A aprovação prévia da ANP constitui condição suspensiva *ex lege* 395
III.1 A natureza *intuitu personae* dos contratos firmados com a administração pública e a necessidade de aprovação prévia à transferência da concessão 400
IV *Ad argumentandum*, ainda que fosse mera condição suspensiva negocial, o contrato não produziria qualquer efeito antes da sua implementação 408
V A irretroatividade dos efeitos do implemento da condição suspensiva 410
VI Princípios da unidade e coerência da administração 414
VII Conclusão 418
VIII Resposta aos quesitos 419

DIREITO DE AVALIAÇÃO E EVENTUAL DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE DE DESCOBERTA REALIZADA 423
I A consulta 424
II Boas práticas da indústria do petróleo: aproveitamento dos investimentos e vinculação entre investidor e fruidor 427
III O caráter finalístico da Lei do Petróleo e a função social do contrato de concessão 433
IV A distinção entre o papel do prazo nos contratos por escopo e nos contratos por prazo determinado 436
V A proteção da confiança legítima e a teoria dos atos próprios 438
VI As violações ao princípio da boa-fé 441
VI.1 Dever de lealdade 441
VI.2 Princípio da conservação do contrato 444
VI.3 Princípio do Aproveitamento do Adimplemento Substancial 445
VII Desproporcionalidade da solução que leve ao fim do contrato. Um exercício de ponderação de princípios 446
VIII A falta de regular processo legal, supressão de instâncias e a ausência de motivação técnica 449
IX O enriquecimento sem causa e ausência de boa-fé da ANP e da eventual nova concessionária 453
X Resposta aos quesitos 456

CONTRATAÇÃO *TURNKEY* DE PROJETO E CONSTRUÇÃO DE GASODUTO. INCIDENTES NA SUA EXECUÇÃO 459
I A consulta 460
II Natureza jurídica do contrato é de empreitada integral 462
II.1 O projeto básico é requisito para a instauração de qualquer licitação da Lei nº 8.666, não desnaturando a empreitada integral 465
III A alocação de riscos no contrato 468
IV A teoria dos fatos imprevistos e seu tratamento no caso concreto 473

V Os princípios aplicáveis ao caso ... 478
V.1 O princípio da boa-fé e a vedação do comportamento contraditório ... 478
V.2 Vinculação ao instrumento convocatório e a impossibilidade de alteração da alocação de riscos originalmente pactuada ... 481
V.3 Igualdade e moralidade no caso concreto ... 484
VI A natureza jurídica do laudo é de mero parecer ... 486
VII Os requisitos legais para a rescisão por culpa da administração ... 488
VIII Conclusões ... 495
IX Resposta aos quesitos ... 499

DISCIPLINA DA COMERCIALIZAÇÃO DO GLP NO BRASIL E AS OBRIGAÇÕES REGULATÓRIAS DA ANP ... 503
I A consulta ... 504
II Histórico da regulação do GLP no Brasil: do controle do mercado à concorrência com respeito à segurança dos consumidores ... 505
III Avaliação empírica dos resultados da regulação vigente. Instrumentalidade da regulação aos objetivos da Lei do Petróleo ... 513
IV Medidas a serem adotadas para compatibilizar a resolução nº 15/2005 à situação fática atual ... 518
IV.1 Revogação das exceções à vedação do uso de botijões de marcas alheias ... 519
IV.2 Uniformização das marcas gravadas nos botijões, estampadas em seus rótulos e nos lacres de segurança ... 524
IV.3 Estabelecimento de critério objetivo da compatibilidade entre o universo de botijões da distribuidora e o volume de suas vendas de GLP ... 524
IV.4 Declaração expressa da detenção exercida pelos consumidores sobre os botijões ... 525
V Esteio legal das medidas alvitradas ... 532
VI Esteio constitucional das medidas alvitradas ... 534
VI.1 Princípio da eficiência ... 537
VI.2 Princípio da proporcionalidade ... 542
VI.3 Princípio da defesa do consumidor ... 544
VI.4 Princípio da precaução ... 545
VII Obrigação regulatória da ANP ... 546
VIII Conclusão ... 550

REQUALIFICAÇÃO DOS ENVASES DE GLP. ABNT E NECESSIDADE DE APERFEIÇOAMENTOS DA SUA REGULAÇÃO ... 553
I Consulta ... 553
II As normas aplicáveis à requalificação dos botijões P-13 ... 554
III A interpretação da resolução ANP nº 15/05 ... 555
IV Ausência de caráter vinculativo das normas da ABNT ... 556
V A edição de uma nova norma como única solução adequada para a regulamentação dos botijões remanescentes ... 560
V.1 Princípio da segurança jurídica e o direito a um regime de transição razoável ... 560
V.2 Princípios da proporcionalidade, razoabilidade e realidade ... 564

CONTROLE DOS PREÇOS DOS DERIVADOS DO PETRÓLEO. NATUREZA JURÍDICA DO REFINO E DA DISTRIBUIÇÃO ... 567
I A consulta ... 567
II Natureza jurídica das atividades petrolíferas e suas relações com as regras de preços à luz do art. 174, CF. ... 568
III Diversas modalidades de controle de preços e a indústria do petróleo ... 575
IV Competências da ANP em relação aos preços dos combustíveis e o art. 69 e seguintes da Lei do Petróleo ... 580
V Análises adicionais ... 584
V.1 Motivação e competência ... 584
V.2 Requisitos constitucionais dos controles de preços ... 586
V.3 Princípio da proporcionalidade ... 588
V.4 Estatuto das estatais e deveres do acionista controlador ... 590
VI Conclusões ... 594

A SEGMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. INJURIDICIDADES DAS TENTATIVAS DE SUA RELATIVIZAÇÃO ... 597
I A consulta ... 597
II Princípio da segmentação das atividades de petróleo, gás natural e biocombustíveis ... 599
III Razões jurídico-econômicas para a segmentação da atividade de distribuição ... 604
IV Garantia do abastecimento nacional de combustíveis como o valor primordial a ser curado pela ANP ... 607
V Vedação ao retrocesso ... 610

VI Vício de motivação 614
VII Ausência de análise de impacto regulatório 618
VIII Conclusões 623

REGIME DE CONTRATAÇÃO E ESTOCAGEM COMPULSÓRIAS DE COMBUSTÍVEL 625
I A consulta 626
II Breve histórico sobre a produção, distribuição e revenda de etanol no Brasil e o seu atual marco regulatório 626
III Natureza jurídica das atividades de produção, distribuição e revenda de etanol 640
III.1 O princípio da livre iniciativa nas atividades privadas regulamentadas 644
IV Inconstitucionalidades da estocagem compulsória de etanol anidro prevista no inciso I do artigo 8º, parágrafo único, da Lei nº 9.478/97, acrescentado pela Lei nº 12.490/11 646
IV.1 Ofensa ao princípio da livre iniciativa 647
IV.2 Requisição administrativa por via transversa 648
IV.3 Ofensa ao artigo 174 da Constituição 651
IV.4 Violação ao princípio da proporcionalidade 654
V Inconstitucionalidades da Resolução nº 67/2011 657
V.1 Contratação compulsória violadora da livre iniciativa 657
V.2 Previsão desproporcional de contrato coativo 660
V.3 Inadequação da penalidade de suspensão da comercialização de combustível 662
V.4 Assimetria regulatória violadora do princípio da igualdade 664
V.5 Violação do princípio da motivação 667
VI Ilegalidades da Resolução ANP nº 67/2011 671
VI.1 Violação da pluralidade de instrumentos 671
VI.2 Inexistência de base econômica sustentável da medida 673
VI.3 Violação do artigo 6º da Lei nº 9.847/99 674
VII Considerações finais: a volta à "época dos institutos" 676
VIII Conclusões 679

A FIDELIDADE DE BANDEIRA (MARCA DO COMBUSTÍVEL) COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DOS CONSUMIDORES 681
I A consulta 681
II A vinculação à bandeira (marca) como instrumento de proteção dos direitos dos consumidores como determinado na Lei do Petróleo 683
III Vedação ao retrocesso na proteção dos direitos do consumidor 691
IV Vício de motivação 694
V Ausência de análise de impacto regulatório – AIR 699
VI Injuridicidade de responsabilidade objetiva no direito administrativo sancionador brasileiro 702
VII Conclusões 707

REQUISITOS PARA A APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PELA ANP. O CASO DO METANOL EM COMBUSTÍVEIS 709
I A consulta 709
II Inexistência de responsabilidade objetiva no direito administrativo sancionador brasileiro 711
II.1 *Ad argumentandum*: injuridicidade restaria mesmo diante da doutrina extremamente minoritária que admite sanções sem culpabilidade 719
III Peculiaridades fáticas do caso em relação à produtora do combustível 722
IV Necessidade de motivação da culpabilidade 724
V *Ad argumentandum*: ausência de dever de as distribuidoras aferirem o metanol 727
VI Conclusões 731

REINCIDÊNCIA EM SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICADAS PELA ANP E A REVOGAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA EXERCER ATIVIDADE ECONÔMICA 733
I A consulta 733
II A interpretação apresentada pela Procuradoria Federal junto à ANP 734
III A interpretação sistemática da Lei nº 9.847/1999 736
IV Interpretação consequencialista da aplicação do art. 10, III, conforme o entendimento da AGU 743
V Violação ao princípio da eficiência 746
VI Violação à proporcionalidade 748
VI.1 Violação ao princípio da individualização da pena 752
VII Conclusões 754

REGULAÇÃO DO TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEIS. LIMITES À ATUAÇÃO DA ANTT 757
I A consulta 757
II Incompetência da ANTT: ausência de caráter técnico relacionado à atividade de transporte 759
III Desvio de finalidade da ANTT 762
IV Violação do princípio da motivação 766
IV.1 Inexistência dos motivos determinantes à edição da resolução 766
IV.2 Incongruência lógica da motivação 769
IV.3 Ausência de modificação da realidade para ensejar a mudança das normas 770
IV.4 Ausência de estudos técnicos prévios adequados 774
V Inexistência de consulta e/ou audiência pública: invalidade do procedimento normativo 776
VI Violação do princípio da proporcionalidade 781
VII Resposta aos quesitos 785

LOGÍSTICA REVERSA DE DERIVADOS DO PETRÓLEO À LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS 789
I A consulta 789
II Logística reversa e divisão de responsabilidades 792
III Inexistência da obrigação de os agentes a montante pagarem aos agentes a jusante pelo retorno do óleo lubrificante usado: 797
III.1 A remissão ao SISNAMA é limitada pela Lei 797
III.2 Interpretação da resolução conforme a Lei 798
III.3 Afetação da propriedade do OLUC a fins públicos 799
III.4 Consumidores e distribuidores como sujeitos passivos dos §§4º e 5º do art. 33 da Lei nº 12.305/2010 801
III.5 A inexistência de um contrato coativo de compra e venda se a Lei não definiu seus elementos essenciais 802
III.6 A responsabilidade compartilhada e individualização de funções 802
III.7 O rol exemplificativo do art. 33, §3º e a obrigação de fim e a facultatividade da compra do óleo usado 804
III.8 Prevalência do regime legal sobre usos e costumes 805
IV Respostas às indagações 806

PARTE III
PREFÁCIOS

A REGULAÇÃO SETORIAL DO GÁS NATURAL 809

VADE MECUM DA INFRAESTRUTURA DO PETRÓLEO 813